

## ENSAIO | ESSAY

### **Afinidades eletivas: Relações Internacionais e Estudos de Área: O caso dos Estudos Asiáticos no ISCSP** | Elective Affinities: International Relations and Area Studies: The case of the Asian Studies at ISCSP

---

**Nuno Canas Mendes**

*Doutor em Relações Internacionais, Professor Associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e Presidente do Instituto do Oriente. Rua Almerindo Lessa, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1300-663 Lisboa. E-mail: ncm@iscsp.ulisboa.pt*

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2019.24/pp.132-150

#### **Resumo:**

*O presente artigo pretende fazer ressaltar a articulação e comunhão das Relações Internacionais com a Ciência Política, a Estratégia, a Geopolítica, a Economia ou a Antropologia com um foco local, constituindo assim um domínio que se autonomiza, os Estudos de Área e em particular, dentro destes, os Estudos Asiáticos. Neles podemos encontrar um conjunto de afinidades eletivas, recorrendo à expressão de Goethe, que ancoram a cultura científica multidisciplinar. O que se ensaiará de seguida é descrever a emergência, evolução e potencialidades destas afinidades eletivas, e será dado um especial destaque para o caso do ISCSP na prática e divulgação dos Estudos de Área em ligação com as Relações Internacionais.*

**Palavras-chave:** *Estudos de Área, Relações Internacionais, Estudos Asiáticos*

#### **Abstract:**

*The following article intends to underline the articulation and intercommunication between International Relations and Political Science, Strategy, Geopolitics, Economics or Anthropology with a local focus, constituting a new scientific field known as Area Studies and within these, Asian Studies. In Area Studies we can find a set of elective affinities, using Goethe's expression, which are the basis for a multidisciplinary scientific culture. In this text it will be described the emergence, evolution and potentialities of these elective affinities and it will be developed the case of ISCSP as a Faculty where Area Studies and International Relations have been practiced and developed since its foundation.*

**Keywords:** *Area Studies, International Relations, Asian Studies*

## **Preâmbulo: Afinidades eletivas**

Imaginais um A intimamente ligado a um B e que por nenhum meio, por nenhuma força, pode ser separado dele; imaginais um C que se comporta da mesma forma em relação a um D; ponde agora os dois pares em contacto: A lançar-se-á sobre D, e C sobre B, sem que seja possível dizer quem é que abandonou primeiro o outro, quem primeiro se voltou a unir ao outro.

Goethe, *As afinidades eletivas*, p. 75.

Quando Johann Wolfgang von Goethe escreveu *Die Wahlverwandtschaften*, *As afinidades eletivas*, em 1808 e tomou de empréstimo esta expressão usada na Química, estava a criar uma metáfora muito inspiradora que outros, de Max Weber a Walter Benjamin, usaram em contextos diversos, em torno de uma relação simbiótica. *Max Weber usou-a na Ética Protestante e o 'espírito' do Capitalismo*, onde evoca as 'afinidades eletivas' entre certas formas de fé religiosa e certas formas de ética profissional, transformando a expressão num conceito sociológico (no caso, focando-se no puritanismo ascético e a poupança de dinheiro, a ética protestante do trabalho e a disciplina burguesa do trabalho metódico, a valorização calvinista do ofício virtuoso e o ethos da empresa burguesa racional, a conceção ascética da utilização das riquezas e a acumulação produtiva do capital, a exigência puritana da vida metódica e sistemática e a perseguição racional do lucro capitalista).

Com efeito, há uma genealogia desta expressão com raízes na alquimia medieval em que se fala de afinidade para explicar a atração e a fusão dos corpos, a qual se inscreveu na Química desembocando na ideia de 'casamento' que Goethe exploraria romanticamente para falar sobre a atração entre um homem e uma mulher que encontram uma 'afinidade' íntima entre as suas almas, mesmo que isso tivesse de implicar a separação dos seus companheiros anteriores. Da Química para o tratamento da questão do amor, Goethe encontra afinidade quando há atração, fusão e renovação,

mesmo que improvável. Há convergência, influência e reforço que permite a articulação entre fenómenos aparentemente diversos e encontrar analogias significativas e mesmo parentescos íntimos ou sentidos próximos (Lowy, 2004). Como escreveu João Barrento, “a expressão (...) designa na química um processo na qual os elementos em presença, de acordo com o grau das suas afinidades, podem desfazer as suas «ligações» nos compostos tradicionais e entrar, num processo de «escolha» aparentemente livre, em novas combinações” (Barrento, 1999, 14). Ora é justamente este o sentido da proposta aqui apresentada, a afinidade eletiva dos Estudos de Área, sejam asiáticos, africanos, europeus ou norte-americanos, com as Relações Internacionais, permite um conjunto de ‘novas combinações’ com outras áreas dos saberes cultivados no ISCSP e noutras instituições, dentro do melhor espírito da Declaração de Bolonha. E destas ‘novas combinações’ pode surgir uma autonomização, permitindo uma diversificação da oferta de ensino e da especialização.

Clarifique-se: o que neste artigo se pretende fazer ressaltar é a articulação e comunhão das Relações Internacionais com a Ciência Política, a Estratégia, a Geopolítica, a Economia ou a Antropologia com um foco local, constituindo assim um domínio que se autonomiza, os Estudos de Área e em particular os Estudos Asiáticos. Neles podemos encontrar um conjunto de afinidades eletivas que ancoram a cultura científica multidisciplinar. O que se ensaiará de seguida é descrever a emergência, evolução e potencialidades destas afinidades eletivas, ressaltando que funcionam por atração, entrecruzamento, reunião e escolha.

As secções seguintes vão esmiuçar a autonomização do estudo das Relações Internacionais e o lugar que tem ocupado no ISCSP, evidenciando a transversalidade dos Estudos de Área e do seu ensino no ISCSP, a relação entre os Estudos de Área e a Teoria das Relações Internacionais e o caso específico dos Estudos Asiáticos (com especial destaque para os estudos sobre a China e o Sudeste Asiático e o respetivo ‘estado da arte’ em Portugal).

## **O estudo ‘autónomo’ das Relações Internacionais no ISCSP**

A autonomia do estudo das RI chegou com a criação da licenciatura<sup>23</sup> e do mestrado em 1982, bem como da criação da especialidade no Doutoramento em Ciências Sociais. Tal desígnio era um projeto de Adriano Moreira que remontava aos anos 60.

A Universidade do Minho antecedeu em seis anos o ISCSP, embora sem ter a tradição de ensino de uma disciplina científica que conferia graus académicos e que chegou a atingir, por efeito do *numerus clausus* muito restrito, uma média de entrada de 17 valores, muito próxima da que era exigida em Medicina. Desde então o ISCSP tem lançado no mercado de trabalho centenas e centenas de pessoas que têm ocupado lugares de destaque em funções na administração pública portuguesa e em instituições internacionais, o que em parte se explica pela necessidade de abertura de Portugal e de uma maior integração nas relações internacionais nos anos 80 e 90, sobretudo e também por via da integração europeia e do reajustamento da política externa portuguesa às novas exigências e dinâmicas de um mundo cada vez mais em fluxo de comunicação.

A citada autonomia chegou com a reformulação do ISCSP ditada pelo fim do ciclo do império. À visão, inicialmente instrumental, inserida na formação dos quadros da administração colonial, depois aprofundada por força das novas exigências do sistema internacional e pela ação do Centro de Estudos Políticos e Sociais e do Prof. Adriano Moreira, bem como pelos escritos e investigação produzidos na escola, acrescentar-se-ia um novo objetivo: a formação de profissionais de relações internacionais<sup>24</sup>. Atentos a estas exigências, os ‘refundadores’ da escola, impulsionados por Adriano Moreira, considerariam na criação da licenciatura a lógica de organização da generalidade das licenciaturas (um ‘tronco comum’ de dois anos num ciclo de quatro), introduzindo disciplinas científicas específicas no primeiro e no segundo anos, entrando na especialidade nos dois anos finais, sobretudo no último. Foi seguindo esta lógica que o ISCSP recuperou uma

<sup>23</sup> Decreto n.º 30/82, de 3 de Março.

<sup>24</sup> Vale a pena mencionar que no início dos anos 90 se avançou com cursos de pós-graduação nas áreas da ‘Formação Diplomática’, ‘Formação de Funcionários Internacionais’ e ‘Formação em Relações Internacionais’, que evoluiriam mais tarde para uma pós-graduação em Relações Internacionais.

tradição que remontava ao período colonial, a dos ‘Estudos de Área’, como se passou a chamar a partir da Guerra Fria a este método de análise multidisciplinar. Esta renovação trouxe também o alargamento da atenção que passou a ser dada a outras partes do globo sobre as quais não havia sido feito nenhum trabalho prévio em Portugal. Assim, aos Estudos Africanos e aos Estudos Asiáticos, viriam juntar-se os Estudos sobre o Médio Oriente, a América Latina ou a Ásia Central.

Esta autonomia veio reforçar também a formação dos docentes da área e a respetiva investigação. Nos anos 80 e princípio dos anos 90 esteve em estreita ligação aos domínios conexos da Ciência Política, do Direito Internacional, da História ou da Geopolítica, com os doutoramentos de João Mota de Campos, na Universidade de Estrasburgo (1980), e de António José Fernandes, docente da Universidade do Minho (1984), de António de Sousa Lara (1987), José Adelino Maltez, António Pedro Ribeiro dos Santos e Políbio Valente de Almeida (os três em 1990), António Marques Bessa, Manuel de Almeida Ribeiro, António Vasconcelos de Saldanha (os três em 1992), no ISCSP, ou de Paula Escaraméia, oriunda de Harvard (1988). Esta primeira vaga veio a dar lugar a teses de Mestrado e Doutoramento especificamente em Relações Internacionais, formando não só os docentes do ISCSP como os de outras escolas (casos de Victor Marques dos Santos, Nuno Canas Mendes, Marcos Ferreira, Maria Francisca Saraiva ou de Maria do Céu Pinto e Luís Lobo-Fernandes, estes dois últimos da Universidade do Minho). A exclusividade que o ISCSP detinha na atribuição dos graus de Mestre e de Doutor contribuiu, como se viu, também para a formação de docentes da área ligados a outras instituições.

Esta foi uma primeira geração a reforçar campos mais específicos da disciplina, como o património comum da humanidade, o Islão político, a integração europeia, os estudos asiáticos, as transições na Europa de Leste ou os estudos de segurança, continuada depois, já neste século e em áreas idênticas ou afins, por Teresa Almeida e Silva, Mónica Ferro, Álvaro Nóbrega, Raquel Patrício, Andreia Soares, Andrea Valente, Maria João Ferreira, Isabel Cabrita, Isabel David, Pedro Fonseca, entre outros, alguns com formação inicial no ISCSP e hoje professores noutras Universidades, como

André Saramago, Samuel de Paiva Pires e Tiago Ferreira Lopes). De certa forma, esta nova produção científica estampava as próprias alterações ocorridas desde o fim da Guerra Fria, com o aparecimento de um conjunto de novos interesses temáticos e com a própria evolução teórica da disciplina, em que a um perfil realista, na linha de Morgenthau, se vieram apor os contributos dos neorrealistas, institucionalistas, da Escola Inglesa ou mesmo do Construtivismo. Com a viragem para o século XXI e posteriormente por efeito da aplicação da reforma introduzida pela Declaração de Bolonha, a produção de teses foi aumentando, já num contexto muito mais concorrencial, com a criação de licenciaturas, mestrados e doutoramentos em Relações Internacionais noutras universidades. No ISCSP, entre 1986 e 2016 foram defendidas cerca de 180 teses de Mestrado, com uma média acima da dezena somente a partir de 2007; já no que respeita aos Doutoramentos, entre 1988 e 2014, atingiram-se as 33 teses. Em 2016, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) aprovou a proposta de um Doutoramento autónomo em Relações Internacionais, ao qual se fará menção mais pormenorizada adiante.

Nesta evolução, destaque igualmente para a formação de centros de investigação que potenciariam novas áreas de investigação: a criação do Instituto de Relações Internacionais, impulsionado pelo Professor Adriano Moreira, em 1984, que publicaria a revista *Estratégia* e de várias monografias e o Instituto do Oriente (IO), que tendo visto a luz do dia em 1989, viria, pela mão do Prof. Narana Coissoró, a desempenhar importante papel na tímida área dos Estudos Asiáticos, beneficiando do apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), para o desenvolvimento de projetos de investigação ligados à questão de Macau e à China e posteriormente a Timor, no momento em que o estatuto jurídico daqueles territórios estava em mudança. A par destes projetos, o IO organizou várias conferências internacionais de grande nível, convidando os mais prestigiados nomes dos Estudos Asiáticos. O IO marcou igualmente o panorama editorial português da área com a publicação regular da *Daxiyangguo*, *Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*<sup>25</sup> e desbravou áreas inéditas, como a construção de

---

<sup>25</sup> Site oficial do IO: <http://ioriente.iscsp.ulisboa.pt/>, consultado a 1.12.2016.

Estados. Para além do IO, o Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), de criação posterior (2001), dispôs de um grupo de ‘Política & Governo’, que acolheu “uma agenda de pesquisa multidisciplinar e interdisciplinar de vários níveis (e abordagens), uma vez que a mesma resulta de uma convergência de esforços e contribuições de diversas áreas científicas: Ciência Política, Desenvolvimento Socioeconómico, Estudos Estratégicos, História dos Factos Sociais e Relações Internacionais”.<sup>26</sup> Mais recentemente, o Centro de Estudos Africanos (CEAF) acolhe projetos de investigação associados aos mestrados e doutoramentos sobre ‘temática’ africana numa ótica multidisciplinar, Relações Internacionais incluídas, com nexo óbvio a duas das suas linhas de investigação: ‘State, Politics and Development in Africa’ e ‘Geopolitics and Geostrategy of Africa’<sup>27</sup>. Também o Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), que viu a luz do dia em 2012, tem uma articulação com as novas abordagens das Relações Internacionais, dado tratar-se de uma problemática transversal a vários domínios científicos<sup>28</sup>. Ainda de sublinhar que o Observatório Político, vinicamente dedicado ao estudo da Ciência Política, tem nexos absolutamente evidentes<sup>29</sup>.

No que diz respeito às publicações, o ISCSP seguiu uma política editorial atenta à produção de teses que, em regra, foi publicando, bem como outros trabalhos dos docentes e de alguns discentes<sup>30</sup>. De destacar ainda a iniciativa do Prof. Óscar Soares Barata, de organizar volumes dedicados à Conjuntura Internacional (um 1996, outro em 1999), ainda que dessa iniciativa, em certa medida na linha do que já se fizera nos anos 60 com os cursos de extensão universitária dedicados às províncias ultramarinas, que forneciam o contexto internacional, não tenha resultado uma publicação regular que lhe desse continuidade e consolidasse a posição do ISCSP nesta vertente. Mais recentemente, o Professor António de Sousa Lara coordenou a edição de três obras temáticas, reunindo a contribuição de vários investi-

<sup>26</sup> Site oficial do CAPP: <http://capp.iscsp.ulisboa.pt/>, consultado a 1.12.2016.

<sup>27</sup> Site oficial do CEAF: [http://www.iscsp.ulisboa.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1211&Itemid=460](http://www.iscsp.ulisboa.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1211&Itemid=460), consultado a 1.12.2016.

<sup>28</sup> Site oficial do CIEG: <http://cieg.iscsp.ulisboa.pt/>, consultado a 1.12.2016.

<sup>29</sup> Site oficial do Observatório Político, <http://www.observatoriopolitico.pt>, consultado 18.09.2019.

<sup>30</sup> Consultar [http://www.iscsp.ulisboa.pt/edicoes/index.php?main\\_page=index&ccPath=67](http://www.iscsp.ulisboa.pt/edicoes/index.php?main_page=index&ccPath=67)

gadores, alguns deles professores, que repôs, de alguma forma, a análise da conjuntura (Crise, Estado e Segurança, MGI, 2014; Em Caso de Guerra, MGI, 2015; Previsão e Mudança: Estudos Políticos e Internacionais, MGI, 2016). Já durante a presidência do Prof. Manuel Meirinho Martins foi criada uma coleção de Manuais Universitários, onde se inserem vários títulos que são o reflexo das principais áreas de investigação: as questões europeias, a economia política internacional, as teorias das relações internacionais e os estudos de área<sup>31</sup>.

O primeiro esforço de elaboração deliberada de um ‘Estado da Arte’ no ISCSP deve-se ao Professor José Adelino Maltez, por ocasião da primeira avaliação das licenciaturas. Este trabalho foi continuado no *Curso de Relações Internacionais*, editado pela Principia em 2002, que viria romper a exclusividade do livro publicado por Adriano Moreira intitulado *Teoria das Relações Internacionais*, um conjunto de textos que reuniu o essencial da sua produção, o qual viu a luz do dia em 1997, tendo tido desde então sucessivas edições. Victor Marques dos Santos, durante vários anos o responsável pela disciplina com este nome no ISCSP, viria a publicar o seu *Teorias das Relações Internacionais* (2012), constituindo esta obra um esforço de síntese das principais correntes e tendências teóricas da disciplina, pouco frequente no panorama editorial português.

Em 2014, o autor deste documento e Francisco Pereira Coutinho organizaram a *Enciclopédia das Relações Internacionais*, a primeira obra coletiva do género publicada em Portugal, a qual congregou uma boa parte da comunidade científica das Relações Internacionais, incluindo a de outros países de língua portuguesa, com uma forte colaboração de professores do ISCSP.

---

<sup>31</sup> Carla Guapo Costa (*A União Europeia como Actor Global*, 2009, e *Temas de Relações Económicas Internacionais*, 2010), de António de Sousa Lara (*Subversão e Guerra Fria*, 2011), de Victor Marques dos Santos (*Elementos de Análise de Política Externa*, 2012) e deste com Maria João Militão Ferreira (*Sociedade Civil Transnacional*, 2012 e *Teorias das Relações Internacionais*, 2012), Teresa de Almeida e Silva (*Sociedade e Cultura na Área Islâmica*, 2010) e Raquel Patrício (*Estudos de Área: Uma Visão da América Latina*, 2012).



## **O ensino do ISCSP e a transversalidade dos Estudos de Área: das origens à atualidade**

Para este exercício, era necessário identificar o processo de autonomização científica das Relações Internacionais, no ISCSP, como se fez na secção anterior, descrevendo agora a sua evolução histórica *pari passu* com o enfoque nos Estudos de Área, que até 1974 tem uma relação umbilical com a realidade colonial e a análise da conjuntura internacional como ferramenta essencial para a decisão política e a gestão do status-quo em função da evolução do que se pode definir como interesse nacional na sua contingência temporal. Como se verá mais adiante, a designação Estudos de Área, de origem norte-americana, em cujas universidades se praticou com desenvoltura, prende-se com a necessidade de atuar nas relações internacionais do período da Guerra Fria e, portanto, de ter um conhecimento do terreno, constituindo um corpus científico, que permitisse consolidar influências e assim deter o avanço do inimigo. No contexto do ISCSP, a lógica não era, na realidade, muito diversa, e tal realidade era anterior a 1945 e à implantação do bipolarismo: onde antes a constituição do corpus tinha por fim garantir a aplicação da lógica de Berlim numa conjuntura internacional bastante desfavorável, depois de San Francisco procurou-se, sempre num cenário adverso, lidar com os novos atores, congregando os contributos da Antropologia, da Economia, da História, da Estratégia, da Geopolítica, a Política Externa ou as Informações. Trata-se de um cruzamento intuitivo e inevitável. O mesmo se passa em relação às línguas ‘exóticas’, que também foram ensinadas desde a criação da escola, o que marca esta grande tradição científica e pedagógica de aplicação às realidades locais.

A inserção colonial de Portugal orientou o interesse pelos continentes asiático e africano e intuitivamente essas duas vertentes constituíram-se naqueles que são, ainda hoje, os continentes, que em sentido amplo, são objeto de dois ramos dos Estudos de Área: os Estudos Asiáticos e os Estudos Africanos. De um e de outro, mas mais do primeiro, será feita uma breve ‘cartografia’ institucional:

- *Instituto do Oriente*: A área disciplinar comumente designada de Estudos Asiáticos tem no ISCSP uma longa tradição que se

consubstanciou com a fundação do Instituto do Oriente (IO), em 1989, hoje um centro de investigação que após avaliação internacional foi acreditado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia como Unidade de I&D e por ela desde então financiado. Mais recentemente, o IO focou a sua investigação na área das realidades específicas de cada sub-região e país, assim como as relações entre Portugal e a Ásia. Atualmente as atividades decorrem no âmbito de três grupos de investigação: a) Médio Oriente e Ásia Central; b) Ásia Oriental; c) Sudeste Asiático e Ásia do Sul.

- *A inclusão no plano do 2.º ciclo de Relações Internacionais:* O peso específico dos Estudos Asiáticos na área das Relações Internacionais continua a ser considerável, sobretudo se tivermos em conta que o plano curricular do 2.º ciclo – Mestrado – tem desde os anos 90, uma vertente de estudos do Pacífico, que se foi transformando com uma oferta de disciplinas sobre a China, outra sobre o Sudeste Asiático e Pacífico e no plano vigente China e Pacífico. De referir ainda que complementarmente e também no âmbito do vasto continente asiático, há mais duas opções da unidade curricular Estudos de Área afins, designadamente Rússia e Espaço pós-soviético e Sociedade e Cultura na Área Islâmica. Tem havido no público que procura o Mestrado em Relações Internacionais um interesse acrescido por um conhecimento mais ‘microscópico’ das regiões e sub-regiões do mundo.

De referir que os Estudos Africanos, mais ainda do que os Asiáticos, assumiram, como seria expectável, uma posição cimeira em todo o percurso institucional do ISCSP, estando na base da criação de um Mestrado específico em Estudos Africanos, inaugurado em 1980, e na criação do Centro de Estudos Africanos (CEAF)<sup>32</sup>.

<sup>32</sup> [http://www.iscsp.ulisboa.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1211&Itemid=460](http://www.iscsp.ulisboa.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1211&Itemid=460), consultado a 10.11.2016. Transcreve-se o texto da apresentação: “O Centro de Estudos Africanos (CEAF), recentemente reorganizado, é o polo interdisciplinar que suporta as atividades de investigação sobre África e as suas dinâmicas históricas e contemporâneas. Trabalha em estreita cooperação com várias unidades internas de ensino, incluindo os Estudos Africanos, Ciência Política, Antropologia, Relações Internacionais, Estratégia e Estudos do Desenvolvimento. E cultiva também a cooperação internacional na investigação e na educação, especialmente com as instituições científicas de Países de língua oficial portuguesa”.

## **Estudos de Área e Teoria das Relações Internacionais: o caso dos Estudos Asiáticos**

Na presente secção procuraremos dar conta da articulação entre os Estudos de Área e as Relações Internacionais, fixando o que genericamente se designa de State of the Art. Para tal, é necessário deter a atenção na conceptualização dos Estudos de Área, cujo peso institucional é crescente por atribuir especialidade. Trata-se de uma zona do saber que deu os seus primeiros passos no domínio da Antropologia através do conceito de “áreas culturais” (Kulturkreis, popularizada por Frobenius, Ratzel, Schurz e Graebner), tendo sido depois adotada pelos antropologistas americanos, como Wissler e Kroeber, que aplicaram o conceito à América do Norte e a subdividiram em zonas ecológicas com determinados traços culturais e sociais. A divisão da Ásia, sobretudo da Ásia do Sul e Ásia Oriental, onde pontificam a Índia e a China, tem sido genericamente aceite, no que contrasta, como veremos com o Sudeste Asiático; com efeito a junção do Sudeste Asiático insular e continental tem uma explicação de natureza estratégico-militar e política, tratando-se de um processo de construção regional em que o fator cultural não será prevalecente. Desde que foi criado o Comando do Sudeste Asiático, em 1943, atribuído a Lord Mountbatten, até à criação da ASEAN, em 1967, é a uma realidade em constituição progressiva. O estudo da região desenvolveu-se nos anos 50 e 60 do século passado por razões de natureza geopolítica, designadamente do interesse dos EUA e do Ocidente numa zona sensível do choque bipolar. A expansão do comunismo desde o Vietname até à Indonésia suscitou a necessidade de desenvolver estudos académicos e não deixou de ter um fim instrumental mais ou menos explícito: tratava-se de procurar descortinar meios de deter o expansionismo do inimigo e de saber como instalar governos de confiança. Nada de especialmente novo.

Previsivelmente, os Estados Unidos tomaram a dianteira neste esforço de investigação. Foi neste contexto que se afirmou a “escola” de Cornell, que combinou a admiração pelos legados históricos e culturais da região com uma certa cumplicidade com os movimentos nacionalistas (cuja linhagem a liga a Yale e a Berkeley, com ampla tradição de estudo deste

domínio). A metodologia adotada foi a combinação da exegese histórica com o trabalho de campo antropológico, com ênfase em exercícios como o desvendar das estruturas básicas e ‘ordem’ da sociedade através do estudo das aldeias. Os especialistas optaram então por escolher um país ou uma região dentro de um país, dando particular ênfase às competências linguísticas e formando equipas multidisciplinares. A Indonésia, a Tailândia e as Filipinas foram os primeiros a despertar a atenção dos estudiosos daquela Universidade. O estudo do Vietname, por ironia, teve modesto desenvolvimento, mas em contrapartida foi detidamente cultivado na Universidade de Sampetersburgo. A abordagem política ficou, no entanto, refém dos métodos emprestados da Antropologia e da História, no pressuposto de que era possível encontrar uma replicação da ordem pré-colonial na realidade pós-colonial e que se poderia generalizar sobre o modo de funcionamento de uma sociedade a nível nacional através da análise minuciosa das redes clientelares no microuniverso de uma aldeia. O registo comparativo era também muito frequente. Mas os estudos de conjunto, fornecendo uma visão regional integrada, não eram praticados, e a capacidade de produzir respostas para as necessidades dos governos ou dos militares foi extremamente limitada. Nestas circunstâncias, não é, de resto, de surpreender que o financiamento para a investigação, proveniente de grandes fundações norte-americanas, tenha decrescido acentuadamente. Seja como for, os Estudos de Área afirmaram-se nas Universidades americanas em especial, menos nas soviéticas e foram-se disseminando pelas instituições académicas europeias, então a iniciar o período pós-colonial e com todo um património de saber acumulado que a partir de então ficou ao abrigo da nova e vasta designação.

É disto exemplo o que aconteceu no Reino Unido, onde a School of Oriental and African Studies (SOAS) ocupou um lugar preeminente, mas também a London School of Economics, onde se destacou um Michael Leifer, que produziu uma obra única no género, um dicionário de política do Sudeste Asiático. Foi também aqui que, já em plena década de 90, se assistiu a um relançamento das publicações de trabalhos académicos de grande qualidade, com destaque para a série “Politics in Asia” da célebre editora Routledge. Na Austrália, um braço dos EUA com um pé no

continente asiático, a Australian National University (ANU) deu igualmente ênfase aos Estudos Asiáticos. Nos mesmos anos 90, destacou-se uma instituição “local”, criada em Singapura: o Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS), que desenvolveu parcerias com várias universidades e centros de investigação de proximidade.

Noutros países europeus, com um passado colonial na região (Holanda, França, Portugal) também se verificou um desenvolvimento neste domínio. Na Holanda, o Leiden Institute for Area Studies, da Universidade de Leiden, é uma das mais prestigiadas escolas europeias de Estudos Asiáticos. Em França, o Institut national des langues et civilisations orientales, que a par do ensino das línguas, se dedicou ao estudo da Geografia, da História, das instituições e da vida política, económica e social da Ásia oriental, assim como a École Française d'Études Orientales. O caso português será abordado mais adiante.

Em todo o caso, duas tendências parecem ter-se firmado nos estudos políticos de área: uma pesquisa orientada para o conhecimento de países específicos, assente no forte contributo do trabalho de campo e outra, seguramente menos conveniente, mais virada para a produção de recomendações de “policy-making”.

Mas mais do que traçar a história dos Estudos de Área e em particular das suas focagens, é preciso articulá-los enquanto campo de estudo com a Teoria das Relações Internacionais, e na sobreposição dos conceitos e métodos desta última ciência que os Estudos de Área, numa dinâmica omni-compreensiva, podem alojar. Há aqui evidentemente uma complementaridade ou até uma simbiose, na medida em que as Relações Internacionais podem fornecer um quadro analítico para percecionar as realidades políticas, económicas e sociais e a sua articulação com o “mundo exterior”; os Estudos de Área, por seu turno, abrigam o contributo de outros domínios do saber, permitindo a verdadeira prática da interdisciplinaridade. Sublinhou-o Jean Baptiste Duroselle, em 1952, num estudo produzido para a UNESCO, trazendo para discussão aspetos menos considerados pelo realismo em voga, então pela voz de Morgenthau, e assinalando o que viria a designar de ‘forças profundas’, as quais viriam a abrir o horizonte e a perspetiva no estudo das relações internacionais:

“It is thus clear that an area study is essentially a contribution to the study of international relations. The expression ‘international relations’ should not, of course, be taken in its narrow sense, which would limit its content to the political relationships between states. Diplomacy assuredly has its share in this concept, which is richer in meaning today than in the past. But relations between nations nowadays are maintained on many other levels. There are economic, financial and monetary relations, demographic relations by emigration or immigration, cultural relations in all their forms (...) » (Duroselle, 1952, 638-639).

Pode-se, pois, falar de uma interface entre os Estudos de Área e as Relações Internacionais: coexistem, são complementares, sobrepõem-se. Nesta zona de sobreposição está o habitat natural da Política Comparada. Mas está também a Geografia porque dá a localização, que implica interação humana e física com o ambiente à nossa volta e a sua relação com a política dentro e fora de fronteiras. É a dimensão geopolítica. A inscrição no tempo é outro dos aspetos indispensáveis, sendo a História é evidentemente uma disciplina central nos Estudos de Área. A Antropologia, por seu turno, tem uma tradição muito forte nos Estudos de Área, tendo tido como cultor figuras ímpares da disciplina na sua articulação com a Ciência Política, como um Clifford Geertz ou até mesmo um Benedict Anderson, um dos pais da teoria modernista do nacionalismo.

Acresce que nesta sobreposição de campo, a moldura dos Estudos de Área pode obviar alguns dos problemas metodológicos da ciência das relações internacionais. Com efeito, os Estados têm uma identidade geográfica e política definida, mas quando se toma a dimensão cultural a unidade e a diversidade são tudo menos realidades de fácil definição. Esta dificuldade cabe, naturalmente, dentro do objeto da Teoria das Relações Internacionais e na sua renovação metodológica, no sentido de que tem vindo a afastar a centralidade do ator Estado. Charles Macdonald, um sudeste-asiatista, escreve a propósito da relevância dos Estudos de Área, concluindo que a visão horizontal dos mesmos oferece um “todo” que, embora suscetível de ser seccionado, permite a visão de conjunto e a comparação (Macdonald, 2004, 3-4).

Mais recentemente Amitav Acharya apontava para o estudo dos regionalismos e das ordens regionais ultrapassando os modelos eurocêntricos e construindo sinergias entre as abordagens disciplinares per se e as abordagens genéricas e multidisciplinares dos Estudos de Área, criando o que chamava de ‘Global International Relations’ em articulação estreita com os ‘mundos regionais’ (Acharya, 2014). Esta proposta reforça a relação umbilical dos Estudos de Área com as Relações Internacionais.

## **Os estudos sobre a China e o Sudeste Asiático**

Não é este o espaço para ‘cartografar’ a emergência, desenvolvimento ou tendências dos Estudos de Área sobre a China e o Sudeste Asiático. Trata-se de uma zona do globo que durante o período da Guerra Fria desencadeou um interesse especial das superpotências, repassando a aliança com as relações internacionais e o estudo da disciplina das Relações Internacionais (Alagappa, 2014).

Com efeito, a fundação da República Popular da China veio dar novo alento à Sinologia no contexto do desenvolvimento dos Estudos de Área, isto é, da criação em instituições universitárias dos estudos sobre a nova China, que floresceram em várias instituições (eg Ching-Kuo Foundation). Nos EUA, John King Fairbank promoveu a orientação para a História e outras ciências sociais. Em 1964 surgiu um debate no *Journal of Asian Studies* sobre a importância da Sinologia, em que o antropólogo G. William Skinner defendia que a Sinologia nos seus moldes tradicionais, filológicos, tinha deixado de fazer sentido e que a aplicação às Ciências Sociais, multidisciplinar, justificava a emergência de um novo domínio científico denominado ‘Estudos da China’.

No que toca aos estudos do Sudeste Asiático têm sofrido ajustamentos, em que a coerência dos mesmos é sacrificada pelo critério da mudança de fronteiras da região, sejam fronteiras políticas sejam até fronteiras académicas. A diversidade e falta de uma visão coerente da região é uma dificuldade inerente, sentida de dentro para fora e de fora para dentro. Nem os sudeste-asiatistas “indígenas” se autoidentificam com o objeto, nem os estudiosos têm facilidade em fixá-lo.

Tal não constitui surpresa de maior ou sequer especificidade, mas tão só uma decorrência da plasticidade das regiões, em que de um imaginário geográfico herdado da Guerra Fria se passou para novas configurações espaciais influenciadas pela “War on Terror”, pela sua associação com o Islão radical, bem como pela afirmação da China como poder económico. Esta renovação reflete a história e apõe uma camada de complexidade ao objeto de estudo, que teve de se ajustar ao tempo das incertezas epistemológicas e desconstruções pós-modernistas, resultantes do fim da Guerra Fria. Heterogeneidade não significa, porém, que os Estudos de Área proponham a análise do aleatório ou do caótico. Neste sentido, têm sido testadas várias propostas metodológicas de que daremos de seguida alguns exemplos, mencionados por Donald K. Emmerson (2014): é o caso da “narrativa analítica” que combina ferramentas de análise habitualmente usadas na Economia ou na Ciência Política (a escolha racional) de uma forma narrativa, como se faz na História. Ou seja, privilegiam-se as histórias, os relatos, o contexto. É analítica no sentido em que extrai linhas explícitas e formais de raciocínio, que facilitam tanto a exposição como a explicação. Com a vantagem de que é menos descritiva do que a História. Outro dos métodos empregues é o da “escolha plural”, o qual tenta fixar a multiplicidade dos motivos e comportamentos do objeto de estudo, a diversidade das abordagens e dos métodos disponíveis para aqueles que desejam estudar tal objeto e ainda a necessidade de fazer a escolha de um método adequado ao problema em pesquisa e não o contrário, como tantas vezes sucede.

### **Os Estudos Asiáticos em Portugal: investigação e ensino**

Num segundo passo, apresenta-se o “State of the Art” em Portugal, porque ajuda a perceber a posição do ISCSP no contexto nacional. Os Estudos Asiáticos têm uma forte preponderância histórica, em especial do período dos Descobrimentos, tendo um número apreciável de cultores quer na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa quer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, designadamente no Centro de História de Além-Mar, e mais recentemente no Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa. Num pequeno bosquejo do panorama das



universidades portuguesas é fácil de concluir que a oferta é limitada: assim, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, também no 2.º ciclo de Relações Internacionais, encontra-se a área de especialização em Estudos Políticos de Área, com uma unidade curricular que versa as “Relações Euro-asiáticas”, a cargo da Professora Carla Fernandes. No 3.º ciclo existe a especialidade de Estudos Políticos de Área. Na Universidade Católica, o Mestrado em Estudos Orientais, dirigido por Jorge Santos Alves (e antes por Luís Filipe Thomaz), “é constituído por um conjunto diversificado de disciplinas e seminários, organizado de forma maleável e flexível segundo as linhas orientadoras do Protocolo de Bolonha e lecionado por um corpo docente de especialistas nas diversas regiões da Ásia e em diversas áreas do conhecimento, entre História e Cultura, Línguas e Relações Internacionais”. A Católica fez um consórcio com a Faculdade de Letras para criar o Mestrado em Estudos Asiáticos – o consórcio de Estudos Asiáticos, iniciado em 2012/2013 com objetivos definidos orientados para a História e a tradução<sup>33</sup>. De registar ainda a incursão pelos mais específicos Estudos Chineses na Universidade de Aveiro. Para tal foi criado em 1997, um Centro de Estudos Asiáticos cujo objetivo é “promover (...) atividades (...) nos domínios da Língua, História, Cultura, Política, Economia e Gestão”. A área de formação do CEAUA centra-se em cursos de pós-graduação (especialização e mestrado) e em programas de doutoramento”<sup>34</sup>. Foi deste centro que emergiu o Mestrado em Estudos Chineses.

Na área da Economia, destaque para a Unidade de Estudos Asiáticos do CESA (Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento), no ISEG, criada em 1999 e dirigida pelo Prof. António Almeida Serra, a qual “visa o estudo da Ásia Oriental (da Coreia do Sul até à Tailândia mas com maior ênfase na China, incluindo Macau e Hong Kong, e Timor Leste) e da Ásia do Sul (principalmente a Índia e, nela, o Estado de Goa)<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> [http://www.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_fac.asp?SSPAGEID=924&lang=1&artigoID=5360](http://www.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=924&lang=1&artigoID=5360)), consultado a 3.11.2016.

<sup>34</sup> <http://www2.adm.ua.pt/ce/cea/New%20Site/port/entradaport.html>), consultado a 3.11.2016.

<sup>35</sup> <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/ueasia.html>, consultado a 3.11.2016.

Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa existe uma licenciatura em Estudos Asiáticos, atualmente dirigida pelo Prof. Luís Filipe Barreto e que teve o seu início no ano letivo 2008-2009, com destaque para o ensino das línguas: “A aprendizagem das línguas asiáticas, segundo a escolha de cada estudante, constitui o núcleo do Curso e contextualiza-se nas respectivas áreas regionais estratégicas: Extremo Oriente (China e Japão), Índia e Malásia, Mundo Islâmico asiático”.

Não que o acervo de investigação e mesmo aquela que se faz atualmente sejam de menosprezar; pelo contrário, o volume de trabalhos existentes é extraordinário, sobretudo se tivermos em conta o fraco apoio institucional para a produção científica. A denotar esta falta esteve a ausência nos concursos de I & D da Fundação para a Ciência e Tecnologia dos Estudos Asiáticos, em contraste com os Estudos Africanos que foram – e muito bem – considerados um domínio científico.

Uma conclusão rápida mas inevitável é a de que os Estudos Asiáticos têm poucos cultores em Portugal, tanto no domínio da investigação como do ensino. A História e a Antropologia têm ocupado o terreno, mas existe um potencial de expansão para as Relações Internacionais, dada a importância crescente que a região tem no plano global e à conjuntura de recentragem política na área do Pacífico, o que, no caso português, se continua a fazer pela relação com a China, Macau e Timor, como historicamente sucedeu. Neste contexto nacional de claro recesso, o ISCSP e o Instituto do Oriente em particular têm apostado na constância, ainda que com a intensidade que a conjuntura autoriza, marcando assim um ‘território’ incontornável.

**Reference list:**

- Acharia, Amitav (2014). 'Global International Relations (IR) and Regional Worlds, A New Agenda for International Studies', *International Studies Quarterly*. 58 (4): 647-659.
- Alagappa, Mutiah (2011). 'International Relations Studies in Asia: distinctive trajectories', *International Relations of the Asia Pacific*. 11 (2): 193-230.
- Barrento, João (1999). 'Prefácio' a Goethe, *As afinidades eletivas*. Lisboa: Relógio de Água.
- Duroselle, Jean Baptiste (1952). 'Area Studies : Problems of Method', *International Social Science Bulletin Area Studies*, IV(4), UNESCO : 638-639.
- Emmerson, Donald K. (2014). 'The Spectrum of Comparisons : A Discussion'. *Pacific Affairs* 87 (3) : 539-556.
- Löwy, Michael (2004). 'Le concept d'affinité élective chez Max Weber'. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, Paris, n. 127, 93-103. Versão on-line disponível desde 25 de junho de 2007, em: <http://assr.revues.org/1055>.
- MacDonald, C. J-H (2004), 'What is the use of Area Studies?', International Institute for Asian Studies (IIAS) *Newsletter* 35, *Theme : 'Indigenous People's Movements'*, Leiden, IIAS, 3-4.